



CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA NA ESCOLA: IMPASSES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL

PROF^o DANIEL ROCHA (PINHAIS-PR)

Jéssica Cristina Lozovei ¹

RESUMO

O protagonismo estudantil sempre foi relevante historicamente, desde as suas lutas no século passado até os dias atuais. Os estudantes muitas vezes estiverem a frente de grandes manifestações e atos políticos, como foi visto na primavera estudantil de 2016, em que mais de 800 escolas, somente no Paraná, foram ocupadas pelos secundaristas. Para a construção de uma educação emancipadora, é necessário que haja educadores e educadoras engajados através de seus discursos. Desta forma, este trabalho visou construir práticas autônomas, através de oficinas com alunos e alunas do Ensino Fundamental e Médio, no Colégio Estadual Professor Daniel Rocha, localizado no município de Pinhais/PR, região metropolitana de Curitiba. Com base nisso, buscou compreender como o movimento estudantil pode ser fortalecido na escola, mesmo em momentos de crise na educação, e quais são as melhores ferramentas para que isso aconteça.

Palavras-chave: Educação, Autonomia na escola, Pinhais, Colégio Estadual Professor Daniel Rocha.

RESUMEN

El protagonismo estudiantil siempre ha sido históricamente relevante, desde sus luchas del siglo pasado hasta la actualidad. Los estudiantes muchas veces están al frente de grandes manifestaciones y actos políticos, como se vio en la primavera de 2016, cuando más de 800 escuelas, solo en Paraná, fueron ocupadas por estudiantes de la escuela secundaria. Para la construcción de una educación emancipadora es necesario que existan educadores comprometidos a través de sus discursos. Así, este trabajo tuvo como objetivo la construcción de prácticas autônomas, a través de talleres con alumnos del Bachillerato, en el Colegio Estatal Profesor Daniel Rocha, ubicado en la ciudad de Pinhais/PR, región metropolitana de Curitiba. A partir de esto, se buscó comprender cómo se puede fortalecer el movimiento estudiantil en la escuela, incluso en momentos de crisis educativas, y cuáles son las mejores herramientas para que esto suceda.

Palabras clave: Educación, Autonomía en la escuela, Pinhais, Colegio Estatal Profesor Daniel Rocha.

INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual Professor Daniel Rocha se localiza no município de Pinhais - Paraná, no bairro Atuba tendo iniciado as suas atividades em 13 de fevereiro de 2006.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jessicalozovei@gmail.com;



Antes e depois do marco que foram as ocupações de escolas em 2016, vários processos aconteceram na tentativa de integrar os alunos no contexto escolar. Entre as práticas que foram realizadas na instituição, houve a instalação da Rádio Educativa Daniel Rocha, que funcionou até 2016, e era transmitida ao vivo a partir de rádio AM/FM, além de ter programas gravados e divulgados através do *SoundCloud*, tendo participação de cerca de 30 alunos. Os integrantes faziam programas contando sobre as atividades desenvolvidas na escola, as ações realizadas e dando os informes e avisos necessários. Além disso, foram desenvolvidos cine-debates para auxiliar na construção do pensamento social e crítico dos estudantes, encontros e discussões de literatura, nos quais eram trabalhadas literaturas de cordel, propagandas etc.

O grêmio estudantil passou por um longo processo até que fosse criado e oficializado no Colégio. As dificuldades na sua consolidação se deram, por um lado, por conta da desmotivação do corpo docente que não participava das reuniões e debates, e por outro, dos discentes que tinham pouco conhecimento sobre o que era um grêmio e a sua importância no ambiente escolar. Somente em 2018, com o incentivo de dois professores conseguiu-se montar duas chapas eleitorais, sendo então redigido o Estatuto do Grêmio, com os regimentos e normas para o seu funcionamento em agosto do mesmo ano.

A partir deste contexto se delimitam os objetivos deste trabalho, que foi realizado no período de criação do Grêmio Estudantil no Colégio Estadual Professor Daniel Rocha. Não obstante, remetendo ao processo de fortalecimento da autonomia na escola a partir das ocupações ocorridas em 2016, em todo o território nacional, em luta contra a MP 746. Dessa forma, serão retratadas algumas oficinas ocorridas com alunos e alunas dos anos finais do ensino fundamental e todo o ensino médio durante o ano de 2018, com o intuito de aproximar os alunos da escola, para além da sala de aula de forma que houvesse uma formação crítica, integrando os conhecimentos escolares e o cenário político brasileiro.

Além disso, pensar qual o papel dos estudantes na escola, como fazer para que o colégio não fosse só mais um lugar de passagem na vida dessas pessoas, mas pudesse agregar outros conhecimentos na formação dos mesmos. A intenção também foi a de criar um espaço para que esses estudantes pudessem serem ouvidos e debaterem juntos quais as maneiras, ferramentas e caminhos para ter a escola que queriam e precisavam.



METODOLOGIA

A metodologia para a execução do trabalho foi construída ao longo da trajetória dentro da escola, se adequando ao planejamento e às prioridades dos alunos e alunas. Inicialmente houve o acompanhamento dos alunos no Colégio Estadual Prof^o. Daniel Rocha durante todo o segundo semestre de 2018, com participação nas aulas de Geografia, mas também focando em atividades extracurriculares que aconteciam aos finais de semana ou em horários estipulados pela coordenação. Dentre estas atividades, estavam debates e oficinas que foram usadas para falar sobre o movimento estudantil em geral, as ocupações de 2016 e sobre o colégio em si. Por coincidência, na época estavam acontecendo as eleições do grêmio, que é a representação estudantil máxima dentro da escola, de forma que houve aproximação entre as chapas que estavam concorrendo. É importante salientar que todas as oficinas foram construídas a partir de ideias dos alunos e alunas que estavam inseridos nas discussões.

Um dos métodos mais abordados foi o do questionamento, como disse Freire (2004, p. 79) é importante estimular a pergunta “a reflexão crítica sobre a própria pergunta, o que se pretende com esta ou com aquela pergunta em lugar da passividade em face das explicações discursivas do professor”. Ainda de acordo com o autor “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (FREIRE, 2004, p. 107). Partindo dessa premissa, acredita-se que os jovens conseguem aprender na prática como construir a autonomia, como serem protagonistas inclusive dentro do ambiente escolar, onde há tanto a ser feito. Segundo Foracchi (2018, p. 127) o jovem é o agente que influte sobre a crise do sistema, indo na direção que desemboca a alienação ou a participação ativa.

Algumas questões norteadoras foram: “Quais atividades a escola já possui e pode melhorar, ou vocês gostariam que possuísse? Como vocês conseguem melhorias para a escola sem depender única e exclusivamente da direção ou do Estado? Como fazer para que a escola não seja só um lugar para a passagem dos alunos, mas que eles possam criar uma identidade com aquele lugar, e se sentirem integrados de fato?”. De forma complementar, foram realizadas entrevistas com estudantes secundaristas, sendo usadas somente as iniciais dos seus respectivos nomes, para preservar a identidade dos mesmos.



É importante destacar que se faz necessário estimular a criticidade dos alunos haja visto que no processo da fase de criança para a adolescência, a busca por uma identidade e autonomia são perceptíveis. O trabalho coletivo seria um dos elementos que desenvolveria no aluno a noção de cidadania, bem como a importância da coletividade. Segundo Oliveira e Dominice (1979), o engajamento político do educador ao lado dos grupos oprimidos, é uma condição essencial para a educação libertadora. Não é possível se omitir, quanto educador, diante de qualquer conjuntura ou cenário, como retratado no trecho:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo [...]. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura (FREIRE, 2004, p. 104).

A intenção sempre foi a de desenvolver um pensamento crítico com esses educandos, a partir da perspectiva de que é importante que eles assumam também o papel de sujeitos de produção, não só receptores do que lhes é passado (FREIRE, 2004, p. 154), seja pelos professores, comunidade ou pela mídia em geral. Como tratado por Foracchi (2018, p. 114), manter viva a contestação permanente desses indivíduos, lembrá-los que eles têm o “direito de veto, o direito de recusar qualquer fórmula, qualquer proposta que não lhe for conveniente, que implicar o sufocamento da espontaneidade e da improvisação”.

MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL PÓS-DITADURA MILITAR

Após o fim do regime militar, foi aprovada a Lei nº 7.398 de 04 de novembro de 1985 que dispõe sobre a livre organização de estudantes de 1º e 2º grau. A partir de entidades autônomas representativas. Ela foi proposta pelo deputado federal Aldo Arantes (BRASIL, 1985), conhecida como Lei do Grêmio Livre. Nos anos entre 1987 e 1989, os estudantes secundaristas tomaram as ruas das grandes capitais, na luta pela meia passagem de ônibus, reformas nas escolas, e professores em sala de aula (POERNER, 2004, p. 297). Ainda segundo o autor, essa geração, que ficou conhecida



como “geração-mochila”, também exigia o fim das restrições aos grêmios, que não estavam sendo cumpridas.

Em 1992 os estudantes retornam às manifestações, desta vez para exigir o impeachment de Fernando Collor de Mello, no movimento que ficou conhecido como “Os Caras Pintadas”, após as diversas acusações de corrupção no governo (POERNER, 2004, p. 297). Em outubro daquele ano houve a retirada do presidente do poder, assumindo então Itamar Franco, seu sucessor.

[...] não houve capital que não tenha visto seus jovens nas ruas, mobilizados pela UNE e pela Ubes, com a palavra de ordem “Fora Collor” pintada em vermelho nos rostos, protestando contra o mar de lama que transbordava o Palácio do Planalto, em Brasília. Foi também um festival alegre e colorido de bom-humor e irreverência, expressos em jingles como “Rosane, que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia” e na canção Alegria, alegria, de Caetano Veloso, trilha musical da minissérie da TV Globo Anos Rebeldes, que se referia ao movimento estudantil de 1968 e estava sendo exibida na ocasião (POERNER, 2004, p. 298).

Durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso os estudantes estiveram mobilizados, seja pela reforma da previdência, contra a proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas que estava em trâmite ou outras lutas unânimes que mobilizavam este grupo (POERNER, 2005, p. 302), principalmente por conta das práticas neoliberais que estavam em pauta

No início do século XXI as mobilizações estudantis estiveram centralizadas em ações mais locais e apoios às candidaturas de presidentes mais progressistas, como Lula e Dilma. Em junho de 2013 houve grande participação dos estudantes contra aumento do preço das passagens de ônibus, iniciando na cidade de São Paulo, e tomando grandes proporções a nível nacional. Um dos lemas mais conhecidos das Jornadas de Junho 2013, como ficou conhecida, foi “Não é só por 20 centavos” (PACHECO, 2018, p. 59).

Entre os anos de 2015 e início de 2016, no estado de São Paulo, houve muitas ocupações de escolas feitas por estudantes secundaristas. Elas iniciaram após o governo estadual anunciar o fechamento de diversas escolas, além de uma reestruturação em todo o ensino. Tratava-se da ampla reestruturação da rede de ensino público que priorizaria escolas de ciclo único (apenas Ensino Fundamental I, ou apenas Ensino Fundamental II, e ainda, apenas Ensino Médio). Centenas de milhares de estudantes seriam realocados e 94 unidades escolares seriam fechadas. Como o processo foi concebido e executado sem a efetiva participação democrática da comunidade escolar



(pais, professores, funcionários e alunos), o projeto foi recebido com surpresa e indignação. Desde o primeiro momento, os estudantes protagonizaram uma mobilização social e política de denúncia do déficit democrático e de resistência à implementação da reorganização. (TAVOLARI et al., 2018).

No movimento estudantil secundarista a formação política dos jovens sempre foi o ponto chave para a sua manutenção. Como se tem visto, há alguns momentos de maior ou menos eclosão no que diz respeito às manifestações por direitos, mas apesar disso, esses momentos de pausas são importantes pois preparam para as “novas explosões”, como afirma Foracchi (2018, p. 114). Mesmos nesses lastros de tempos as mobilizações continuam acontecendo, mesmo que de maneira mais interna ou num processo de construção pela base. É nesses momentos em que pode haver organizações dentro das escolas, seja para fortalecimento político dos alunos ou para refletir sobre como lutar por uma escola melhor.

De acordo com Pacheco (2018), o movimento estudantil e a juventude tem sido uma importante ferramenta para lutar por esses direitos básicos:

Ao tratarmos a juventude como sujeito de direito, neste sentido, afirmamos que há um processo de reconhecimento e mobilização dos jovens enquanto tal. Porém, nem todas as pessoas jovens vivem as mesmas situações, se identificam entre si e têm reivindicações e demandas homogêneas. Há, portanto, a necessidade de olhar para a juventude como segmento, em relação ao restante da sociedade, mas que tem especificidades em seu interior, pois não há uma única forma de “ser” jovem (PACHECO 2018, p. 36).

Essa resistência protagonizada pelos secundaristas foi comparada diretamente à Revolta dos Pinguins, que ocorreu em 2006 no Chile, onde mais de 100 escolas foram ocupadas contra uma reorganização que o governo viria a implementar. Essas mobilizações foram base para o que veio a ser a primavera secundarista, no segundo semestre de 2016. Em 2014 tiveram início os atos contra a corrupção política, e que pediam o impeachment da presidente Dilma Rousseff, segundo Pacheco (2018, p. 70) durando até o momento em que ela foi deposta oficialmente. Com suas pautas conservadoras, as ruas se encheram de manifestantes com camisetas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), patos de borracha gigantes e cartazes com os mais diversos dizerem, inclusive “tchau querida” e “volta para Cuba”. Desde os anos anteriores a tensão política vinha aumentando, principalmente com o fortalecimento da direita e de



movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre), que surgiu através do financiamento da Atlas Network (AMARAL, 2016, n/p).

A PRIMAVERA SECUDARISTA: OCUPAÇÕES DE 2016

No início de 2016, Dilma Rousseff sofreu o impeachment de fato, sendo que em 12 de maio ela foi afastada da presidência após votação no Senado, perdendo seu cargo em 31 de agosto de 2016. Michel Temer, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e vice-presidente, assumiu o seu lugar, sendo que pouco tempo depois, colocou como uma proposta do governo a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746), que viria em conjunto com a PEC nº 241, ou como ficou conhecida, a “PEC do fim do mundo”.

A Medida Provisória propunha que o ensino médio se tornasse integral nas escolas, e que os próprios alunos pudessem montar suas grades curriculares de acordo com a área de interesse. Implementava um viés técnico-científico na educação, deixando de lado completamente as disciplinas voltadas para a área humana e pensamento crítico. Além disso, tornava dispensável o diploma de licenciatura para lecionar, de forma que qualquer pessoa com amplo conhecimento sobre os assuntos pudesse dar aula em escolas. Segundo Oliveira (2018):

A proposta de Reforma do Ensino Médio (anteriormente Medida Provisória 746/16 e, após aprovação, Lei 13415/17) refere-se a uma tentativa de reestruturação desta etapa de ensino, prevendo, dentre inúmeras questões, a reorganização do currículo a partir de ênfases em áreas de conhecimento e a implementação do ensino integral nas instituições, que amplia a maior permanência na escola daqueles que podem fazê-lo, excluindo aqueles que não possuem disponibilidade por trabalharem ou realizarem alguma atividade impeditiva. Tais modificações não baseiam-se politicamente nos debates historicamente realizados pelos setores progressistas da educação, pelo contrário, vão ao encontro das lógicas mercantilistas também presente no setor educacional. Deste modo, podemos argumentar que se configuradas as reformas, teremos um grande percentual de jovens à margem da escola na última etapa do ensino básico [...]. Com a implementação da presente lei, o abismo social existente irá aumentar drasticamente (OLIVEIRA, 2018, p. 32).

Já a PEC 241, que posteriormente se tornou 55/2016, tinha como foco o congelamento de investimentos na saúde e educação limitados ao aumento da inflação econômica. A Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada em 13 de dezembro de 2016, com vigência de 20 anos, desde 2018. Ambas as medidas geraram revolta e



comoção por não trazerem mudanças positivas à população, sendo assim, os jovens viram a necessidade de lutar pelos seus direitos e ter voz diante do que estava acontecendo.

Segundo Pacheco (2018, p. 104), os secundaristas do Colégio Estadual Arnaldo Jansen iniciaram em 03 de outubro de 2016 a ocupação de sua escola contra MP 746 e a PEC 241. Localizado no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, os estudantes foram os primeiros a ocupar uma escola no Paraná, sendo que no mesmo dia, e nas semanas que se seguiram, as mobilizações foram aumentando em todo o estado. Segundo Lino (2017, p. 2) “ao todo foram ocupadas 836 escolas, 13 universidades e 3 núcleos de educação no Paraná, originando um movimento que, em pouco tempo, se expandiu por todo o Brasil”.

No município de Pinhais, local que é o foco deste trabalho, as escolas começaram a ser ocupadas já na primeira semana de outubro, sendo que ao todo, 8 dos 15 colégios estaduais do município foram ocupados pelos estudantes, como mostra a figura abaixo.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS OCUPADOS NO MUNICÍPIO DE PINHAIS.





FONTE: A autora (2019).

Durante as ocupações, todo o processo de organização, atividades, alimentação e limpeza das escolas foi feito pelos alunos e alunas presentes. Algumas vezes alguns professores e a própria coordenação auxiliavam em algumas questões, mas isso acontecia esporadicamente e não em todas instituições de ensino.

Além disso, os alunos realizaram diversas melhorias nos colégios, não somente na Região Metropolitana de Curitiba, mas em todo o Estado. Segundo M. (entrevista realizada em nov. de 2018) no Colégio Estadual Arnaldo Faivro Busato, no Centro de Pinhais, os alunos fizeram a pintura da quadra poliesportiva, desentupiram banheiros, etc. Apesar de toda organicidade e autonomia que existiu, alguns conflitos internos também fizeram parte do cotidiano, desde alunos que queriam se sobressair como líderes, até problemas entre os colégios em que havia alguma discordância anterior, mas que acabou durante a ocupação.

Tinha sempre aquele ser humano que é mais que os outros, que sabe mais que os outros (...). Então é meio ruim. Mas a autogestão eu creio que foi o mais importante, senão [a ocupação] seria um desastre (Entrevista realizada com T. em nov. de 2018).

As ocupações se mantiveram como resistência por um longo tempo na cidade, sendo algumas mais duradouras do que outras, e cada uma com as suas singularidades. Algumas resistiram até a chegada das integrações de posse emitidas pelo governo do Estado, que aconteceu em novembro daquele ano. No Colégio Daniel Rocha, as ocupações não foram tão longas por conta da forte pressão da comunidade para que retornassem as atividades escolares regularmente, sendo que pais e alunos tomaram várias atitudes, desde protestos até intimidações aos ocupantes. A criminalização foi um ponto importante abordado durante esse movimento:

Muitos estudantes que participaram das ocupações foram processados pelo então governador Beto Richa, porque nessa época algumas pessoas específicas estavam pedindo pro pessoal que estava na ocupação pra vazar. Daí o pessoal não tava fazendo isso (...). Muitas pessoas não apoiaram o movimento estudantil sobre as ocupações de 2016. A gente apanhou quando a gente foi em manifestações no centro, a gente apanhou dentro da escola, tacaram bomba na escola. É assim, o pessoal não sabe o que está acontecendo com eles mesmos, na política sabe. Não sabe o que está acontecendo. (Depoimento concedido por S. em set. de 2018).

Num contexto geral as ocupações foram uma importante ferramenta de oposição à precarização da educação. Os estudantes puderam mostrar como são organizados,



terem suas vozes ouvidas, se formarem e construir politicamente, e, não menos importante cumpriram o papel principal: barrar a reforma do ensino médio como estava sendo proposta. É notório que o ensino público é precarizado há muito tempo, sendo que há poucas políticas para a melhoria das condições e salário dos professores, e o que diz respeito a melhoria de infraestrutura de escolas e do ensino em si.

A PRÁTICA DE PERTO E DE DENTRO: PRIMEIRA OFICINA

Para realizar a aproximação com os alunos, inicialmente, foi realizada uma conversa com alunos concorrentes ao Grêmio Estudantil, que era composta por educandos do 1º e 2º anos do Ensino Médio. Em conjunto, pensou-se em fazer uma oficina contando sobre a trajetória do movimento estudantil, como foi seu fortalecimento e criação e, também, tratar sobre de que forma ele foi importante durante sua existência. De maneira breve, houve sugestões dos alunos sobre possíveis reuniões de leitura periódicas, grupos de estudos e cine debates a serem realizadas ao longo dos meses.

A primeira oficina foi realizada no dia 03 de setembro de 2018, com o formato de roda de conversa. O público-alvo foram os alunos do ensino médio e EJA do noturno, levando em conta que eles já estariam na instituição de ensino durante o período de realização. Também foram convidados os educandos do oitavo e nono ano do vespertino, por causa da faixa etária em que se encontram.

Num momento pré-oficina foram organizados textos contando a trajetória do movimento estudantil, tanto universitário quanto secundarista, desde 1901 – quando se tem os primeiros registros – até as ocupações de escolas realizadas em 2016. Inicialmente houve uma rodada de apresentação, da qual 17 pessoas tiveram participação, majoritariamente alunos do 2º ano do ensino médio, EJA e dois alunos do 3º ano. Os alunos do 1º ano não tiveram a liberação da professora regente para participarem da oficina, por conta de atividades de fechamento bimestral, e os do 3º ano não tiveram interesse em participar, mesmo sendo sugerido pela docente que todos fossem, já que não haveria prejuízo quanto ao conteúdo.

Foi criada então uma linha do tempo contando o histórico do movimento estudantil. Os participantes ficaram com papéis que continham resumos dessa trajetória, e iam colando num grande papel kraft que estava no centro da sala, de acordo com a



ordem cronológica. Ao longo da atividade houve amplo debate sobre os importantes acontecimentos de cada ano, e o que eles representavam para os estudantes, desde a criação da UNE, passando pela ditadura militar, até as ocupações de 2016 pelos secundaristas.

O tema que mais gerou discussões foi a época da ditadura militar, por conta das perseguições, torturas e resistências que aconteceram. Segundo um aluno, a existência do movimento estudantil durante a ditadura militar significava “oposição, traição, confronto e conflito”. Vários deles haviam participado das ocupações em 2016 e compartilharam suas experiências, além de outras participações em atos políticos que eles trouxeram para somar na discussão.

E o legal de conhecer a história é isso, porque a gente vê que não é só a gente que tá sofrendo isso, todo esse pessoal sofreu. Foram 25 anos de ditadura? Mais ou menos isso né. Então, foram 25 anos de resistência dos dois lados, o importante é a gente não desistir, porque é difícil, é complicado a gente tá ali fazendo as coisas e levar na cabeça, mas o importante é a gente não desistir. Vocês são a ponta de um iceberg que pode ser gigantesco, então nunca desistam cara, de verdade. (R., durante a roda de conversa em set. de 2018).

Objetivou-se fazer uma reflexão sobre a participação dos estudantes do colégio na roda de conversa, que não teve alta adesão levando em conta o total de alunos da escola que foram convidados. Foi dito que a maioria daqueles que estão no 3º ano do Ensino Médio não se importam muito com as questões políticas da escola, já que estão finalizando os seus estudos, mas para G., eles deveriam se importar com o ensino público de qualidade para seus filhos e irmãos, que posteriormente estudarão ali.

Nós somos uma minoria aqui agora, mas se a gente continuar indo e frente, buscando conhecimento das pessoas, pras pessoas tirarem esse pensamento da cabeça “ai, isso aí é bobagem”, eles falaram. E cara, não é bobagem, muita gente morreu, muita gente morreu mesmo. Muita gente inocente morreu por causa disso, por querer o nosso melhor, por querer o melhor dentro da sala de aula, então isso é coisa séria, não é uma brincadeira. (S., durante a roda de conversa em set. de 2018).

Apesar de estar no cartaz e no plano de aula, não houve tempo hábil para passar um documentário sobre movimento estudantil. Dessa forma, ficou estipulado que para a próxima atividade, os alunos fariam um cine debate sobre as ocupações do Paraná, que seria exibido durante as semanas seguintes.

ELEIÇÕES DO GRÊMIO E A SEGUNDA OFICINA



Concomitante a esse processo, houve a eleição do grêmio estudantil, que foi um marco para as atividades que estavam sendo desenvolvidas na instituição. A chapa do ensino médio, que estava sendo acompanhada para este trabalho, veio a perder a eleição, de maneira que o desânimo dos alunos foi muito grande para continuarem fazendo atividades autonomamente, apesar de ter sido discutido que o movimento estudantil não era feito somente pelo grêmio estudantil.

Apesar de haver a possibilidade de dar continuidade na execução das oficinas individualmente, na figura de educadora, essa não era a intenção do trabalho. O objetivo era o de instigar debates e espaços de forma conjunta, visando a autonomia dos alunos. Após algumas conversas foi pensado na criação de um coletivo dentro da escola, que veio a se chamar “Coletivo Daniel Rocha”, sua intenção era a de dar continuidade na organização das oficinas, leituras e reuniões, junto ao grêmio ou de forma independente. Dessa forma foi decidido dar o encaminhamento para o cine debate que havia sido planejado anteriormente.

Assim, a segunda oficina foi realizada no dia 15 de setembro de 2018, durante um sábado, para não afetar o andamento das aulas. Isso foi um pedido da direção da escola, já que após a primeira oficina aconteceram problemas por conta da comunicação entre a equipe pedagógica, os alunos e a direção. Os alunos de todos os turnos foram convidados a participar, apesar disso, só compareceram 11 pessoas, que estavam no 6º, 8º, 9º, 2º anos e EJA. Foi apresentado o documentário “Ocupa tudo – Escolas ocupadas no Paraná”, dirigido por Carlos Pronzato, retratando as ocupações de 2016, em que diversos alunos do Daniel Rocha também estiveram inseridos.

Depois, foi realizado um debate sobre o seu conteúdo, sendo debatidos diversos pontos, tais como a luta pelos direitos como objetivo máximo dos estudantes, saindo de sua zona de conforto e indo para o embate propriamente dito. A criminalização daqueles que participaram das ocupações, bem como a truculência das ações policiais, tanto nas manifestações quanto nas escolas.

O movimento de desocupação foi uma importante pauta, estando relacionado às famílias e alunos que eram contra o que estava acontecendo nas escolas, assim como o que foi realizado violentamente pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e apoiadores. Durante todo o documentário foi mostrada a autogestão realizada pelos alunos para a organização interna das ocupações. Em geral as decisões eram tomadas em assembleias



nas quais havia uma horizontalidade para a realização de atividades, de forma que todos participassem de tudo.

Em relação às melhorias que os alunos fizeram nas escolas, tais como reformas e pinturas das áreas que precisavam de melhorias, G. comentou que “é muito triste que a gente tenha que fazer isso por conta própria”, já que deveria ser função da direção e do governo manter o ambiente escolar adequado, sem que os alunos precisassem fazer isso por conta própria. Nesse contexto é possível pensar sobre o quanto as escolas estão degradadas e sem os recursos necessários para o seu funcionamento.

A partir disso, e baseado na autonomia e autogestão das ocupações, discutiu-se de que forma os alunos poderiam se organizar dentro do Daniel Rocha para que pudessem ser feitas melhorias e que eles fossem ouvidos. Questionou-se a eficácia de uma assembleia geral, mas, de acordo com a maioria, muitos se sentem envergonhados de falar, ou têm medo de repressão posterior. Um aluno do 8º sugeriu que fosse instalada uma urna em que fosse possível deixar sugestões anônimas. Ela, posteriormente, foi instalada no refeitório, em um lugar em que os alunos tivessem acesso e ficava distante da coordenação.

O intuito era de que fosse realizada uma assembleia com os alunos da escola, a partir das ideias colocadas na urna, de forma a levar os principais assuntos para a coordenação. Dessa forma haveria anonimato para quem quisesse sugerir algo, e ainda seria discutido em conjunto. Apesar do esforço para divulgação e manutenção da urna, não foi oportunizado um momento para leituras e devolutivas do que foi colocado ali, por motivos que serão tratados posteriormente.

A TERCEIRA E ÚLTIMA OFICINA

A terceira oficina foi sugerida inteiramente pelos integrantes do Coletivo Daniel Rocha, para contemplar os alunos do Ensino Fundamental. A partir da reflexão sobre o tema a ser abordado, levando-se em conta a faixa etária, foi decidido fazer uma roda de conversa sobre *bullying* para os alunos do vespertino, do 6º ao 9º ano, que aconteceu no final do mês de setembro, separando os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Alguns dos temas abordados foram: “O que leva alguém a cometer *bullying*? O que fazer quando se está sendo agredido verbalmente, psicologicamente ou fisicamente?”. Foi falado também sobre a discriminação quanto a raça, gênero, peso e



até altura, que são motivos para piadas entre as crianças e adolescentes. Durante a conversa percebemos o quanto o atendimento psicológico seria importante para esses alunos, sendo que ainda não há qualquer lei que estabeleça a presença de um profissional nos colégios, somente projetos que estão em análise.

Para a finalização do ciclo de atividades, havia a ideia de fazer uma batalha de *RAP* entre todos os alunos da escola, e de maneira individual para este trabalho, seria realizada uma oficina sobre o protagonismo estudantil e autonomia na escola. Apesar da divulgação, não houve participação de nenhum aluno na oficina do dia 10 de novembro, assim como não houve inscrições para a batalha de *RAP*, mesmo ela sendo organizada pelos próprios estudantes e tendo premiação.

Dessa forma, a roda de conversa sobre *bullying* foi a última atividade realizada dentro do Coletivo Daniel Rocha já que houve uma dispersão muito grande dos alunos, apesar de toda a animação que havia, tanto inicialmente, quanto durante o processo de construção prática. O que houve ao final foi um grande desânimo por parte dos integrantes, seja por acreditar que as ações não tinham qualquer retorno dos demais alunos ou pela falta de tempo para participarem do que estava sendo proposto, ficando completamente esvaziado.

Pode-se questionar sobre as motivações que levaram a não continuidade deste projeto, tais como: provavelmente não era uma demanda unânime fortalecer o movimento estudantil no colégio, mesmo que isso pudesse significar uma melhoria nas atividades desenvolvidas na escola. A busca por melhorias não é rápida, e nem todos estão dispostos a participar de um processo mais lento. Outra questão está relacionada ao pouco tempo em que dispunha para realizar as oficinas, que apesar da relação com os educandos ter sido construída semanalmente, seria necessário um processo muito mais longo. Apesar de os alunos não terem continuado autonomamente o que foi iniciado, o processo foi muito importante para compreender as diferentes realidades em que eles se inserem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória com os alunos e alunas no Colégio Estadual Professor Daniel Rocha foi importante para início de algumas mudanças, porém destaca-se aqui que o caminho que foi traçado, as conversas, trocas de experiências e desabafos foram mais



importantes do que o resultado final, propriamente dito. Antes deste trabalho ser iniciado, foi idealizado um panorama a ser construído, principalmente por conta de uma vivência militante, leituras e vivências da autora. Sendo uma educadora com pensamento crítico, imaginava-se que a práxis poderia ser de alguma forma revolucionária, mesmo que somente no universo escolar, mas o cotidiano da escola mostra que para a construção política e emancipadora, existem diversos empecilhos. Ao pensar na trajetória traçada com os alunos e alunas, principalmente do Coletivo Daniel Rocha, nota-se que a chama da mudança esteve sim muito presente, de forma que o caminho traçado, as conversas, trocas de experiências e desabafos foram mais importantes do que o resultado.

De acordo Lino (2017, p. 36), a partir de uma práxis contraditória, de diversas formas, reforça-se o papel da escola como forma de efetivar a cidadania e emancipar os jovens, “pelo direito de viver na cidade, mas, mais do que isso, pelo direito de escolha sobre como viver. É essa busca pela cidadania que devemos continuar procurando e incentivando, para que os nossos educandos e jovens sigam lutando.

Para finalizar, há uma importante reflexão acerca dos geógrafos e geógrafas como educadores, que apesar de não serem protagonistas dos movimentos estudantis precisam incentivar os seus alunos a se emanciparem. É importante que os discentes não sejam vistos somente como depósito de conhecimento, mas que eles sejam instigados a pensar criticamente, apesar de todos os projetos não progressistas que existem atualmente. Durante os cinco anos de graduação aprendemos sobre as mazelas do capitalismo, portanto não deveríamos ter medo de nos posicionar, devemos e podemos fazê-lo, para que talvez assim possamos construir em conjunto de fato uma mudança na sociedade. Como disse Paulo Freire: mudar é difícil, mas é possível!

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. **A nova roupa da direita**. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Orgs). Por que gritamos golpe? São Paulo: Boitempo, 2006. pp. 49-55.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF, 4 de novembro de 1985. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm>. Acesso em: 15 mai. 2021.



FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Juventude na Sociedade Moderna**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LINO, Anna Paula Scherer. Educação insurgente: As ocupações estudantis e o contexto urbano de Curitiba. 2017. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, Danielle Willemann Sutil de. Entre vozes, espaços, cartografias e ações: os territórios da juventude do bairro Sítio Cercado e o ensino da Geografia. 2018. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; DOMINICE, Pierre. **O debate pedagógico**. In: BRANDÃO, Zaia. Democratização do ensino: Meta ou mito?. Rio de Janeiro: Francisco Alves S.a., 1979. p. 101-138.

PACHECO, Carolina Simões. Ocupar e resistir: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil. 2018. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

TAVOLARI, Bianca et al. **As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação**. Novos Estudos CEBRAP, v. 37, n. 2, p.291-310, mai-ago, 2018.

UNE, História. Disponível em: < <http://ubes.org.br/memoria/historia/>>. Acesso em 12. fev. 2021.